

VILA REAL STº ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N. 6/2012

*Ao terceiro dia do mês de Outubro do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os deputados municipais António Manuel Cipriano Cabrita, Miguel Moreira da Costa, Maria Alexandra Martins do Livramento, Maria de Lurdes Lopes Faria, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Maria do Rosário Papafina Proença, Victor Manuel Fernandes Rosa, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Carlos Manuel Fernandes Lança, Messias José Carvalho, Pedro Miguel Salgueiro Ribeiro, Joao Manuel Cabrita Fernandes, José Roberto Leitão Guerreiro, Antónia Maria Lima e Luis Miguel Guerreiro Romão, pelo P.S.D; Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Vitor Jose Cruz Pereira e Raul Carmo Nunes, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz e Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU.*

Conforme Edital Convocatório de 28 de Setembro de 2012 reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

ABERTURA DA SESSÃO – verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão.

SUBSTITUIÇÕES – Pedido de substituições da bancada do PS: Joao Jose Batista Costa Ribeiro e Álvaro Palma de Araújo, substituídos por Luís Manuel da Rosa Fernandes e Raul Carmo Nunes. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo pediu a sua substituição por Antónia Maria Lima.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

1. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO PREVISTO NA LEI 42/2012, DE 28 DE AGOSTO, REGULAMENTADA PELA PORTARIA 281/2012 DE 14 DE SETEMBRO.

Passou-se então à discussão do único ponto da ordem de trabalhos:

Intervieram os Srs. Deputados Municipais Luis Fernandes, José Cruz, António Cabrita, Carlos Lança e Miguel Costa e ainda o Sr. Presidente da Câmara.

O deputado **Luis Fernandes** referiu, em traços gerais, que isto não é mais do que um plano de resgate pela autarquia e, por isso, apela à demissão do executivo camarário. Alega que não há credibilidade com este plano e que tal deve-se à gestão desastrosa praticada desde 2005. Acrescentou que estes 2 empréstimos vão levar a que nos próximos 20 anos não se vá efectuar qualquer obra no concelho. O único facto positivo do plano é que vai haver pagamentos a fornecedores do concelho. Este plano leva ao agravamento das taxas municipais, nomeadamente no IMI. Conclui que, com a implementação de derramas vai, haver agravamento do IRC nas empresas.

O deputado **José Cruz** acentuou o reconhecimento de que existe um desequilíbrio financeiro na autarquia, que levou ao pedido deste empréstimo junto do governo central, por via do PAEL.

O deputado **António Cabrita** justificou estas medidas com a brutal quebra de receitas no município, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, e que é do conhecimento geral. Adiantou ainda que é extremamente difícil gerir toda esta problemática em torno da nova situação que se tem deparado no país e no mundo, com as crises financeiras que se conhecem. Disse que o PAEL tinha duas alternativas: ou o programa 2, para pagar em menos tempo mas com uma carga superior e que não cobriria a totalidade das necessidades ou o programa 1, com mais anos para amortizar a dívida e que melhor serve os interesses da autarquia para se reequilibrar financeiramente.

O deputado **Carlos Lança** reforçou as declarações anteriores e referiu que o PAEL é um programa fundamental e necessário para reestruturar as finanças autárquicas. Disse ainda que desejava que não houvesse necessidade de intervenção, quer na nossa câmara quer no nosso país, mas que tal é imprescindível devido às vicissitudes que todos conhecemos. O país, tal como a autarquia, têm que ser equiparados a uma família. Quando se fazem investimentos a médio e longo prazo a contar com determinadas receitas e elas caem abruptamente a meio do percurso, torna-se evidente e inevitável um desequilíbrio financeiro.

O deputado **Miguel Costa** sublinhou a importância deste novo instrumento, para que se possa injectar, no imediato, alguns milhares de euros na economia local.

O Senhor Presidente da Câmara explanou detalhadamente todos os contornos desta operação financeira.

Submetido à votação, o documento foi aprovado por maioria, com 18 votos favoráveis do PSD, 4 abstenções do PS e 2 votos contra da CDU. Foram apresentadas declarações de voto pelo PSD e PS.

Período de intervenção do público

Não houve intervenções.

E de tudo, para constar, se lavrou esta ata, que refere o texto principal das discussões e deliberações.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal O Primeiro Secretário



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do Partido Socialista, com base nas razões expostas abaixo, declara a sua ABSTENÇÃO ao PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO proposto pela maioria PSD liderada pelo Eng. Luís Gomes.

Desde logo, dada a enorme importância de que se reveste a proposta para o futuro do Concelho, pela falta de tempo para uma análise profunda de toda a situação ao qual se junta a falta de alguns documentos e a forma como os mesmos foram apresentados, torna-se quase impossível a sua leitura e respetiva análise.

Depois pela impossibilidade de estar contra um documento que, apesar de hipotecar o futuro do concelho, a serem concretizados os financiamentos, vem resolver o problema de muitos fornecedores que de boa fé forneceram a autarquia e hoje vivem situações muito difíceis como resultado da falta de pagamento por parte da autarquia, aos quais se juntam algumas importantes instituições do Concelho, que todos os dias vêm prejudicada a sua ação pelo incumprimento do executivo municipal.

RAZÕES DE VOTO:

- O curto tempo decorrido desde a disponibilização dos documentos até esta AM foi verdadeiramente reduzido, o que implicou que o mesmo não pudesse ser analisado de forma objetiva e com o cuidado que se impunha;
- A forma atabalhoada como tudo foi preparado;
- Embora seja verdade que o tempo entre a publicação da Lei e a data em que tem de ser apresentada a candidatura é bastante curto;
- Uma Câmara que já se encontrava desde há muito a negociar um financiamento de 50 milhões junto da BANCA (ao abrigo de um plano de saneamento financeiro) e avisada de que iria a sair uma Lei para ajudar a resolver os desequilíbrios das autarquias mais endividadas deveria ter sido providente e ter efetuado o trabalho de casa com a devida antecedência, o que aliás aconteceu em outros municípios com problemas idênticos;
- Foram precisos 3 anos para que o executivo PSD viesse a reconhecer aquilo que era uma evidência e o PARTIDO SOCIALISTA já havia denunciado na campanha eleitoral de 2009 - que a situação financeira da câmara estava a caminhar para o abismo e a tornar-se insustentável;
- Ao contrário do que então propagandeou, hoje é o próprio executivo PSD que reconhece o seu fracasso político e de gestão e declara a Câmara em situação de "desequilíbrio financeiro estrutural";



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

- O que estamos aqui hoje a discutir é a prova do fracasso e da incompetência do Eng. Luís Gomes;

- Fracasso das políticas despesistas que não tiveram retorno ao nível da actividade económica e da criação de emprego, bem pelo contrário;

- Fracasso na concretização de investimentos pois a esmagadora maioria da dívida que se pretende regularizar é referente a despesa corrente;

- Fracasso da gestão política e financeira;

- A estes fracassos vamos agora juntar uma pesada carga para os munícipes e uma pesada carga para as gerações futuras que durante 20 anos vão ter de suportar um encargo de 111 milhões de euros com o serviço da dívida e respetivos juros:

- Os munícipes, como se já não bastasse os brutais aumentos de impostos a nível nacional e a quebra do rendimento disponível, vão ver de imediato fortemente agravadas as suas despesas com:

- Um brutal aumento do IMI;

- Um novo aumento do preço da água;

- Um brutal aumento das taxas de saneamento;

- A criação da derrama sobre um tecido empresarial já muito debilitado;

- O executivo PSD conseguiu em apenas 4 anos de mandato tornar uma Câmara solvente numa Câmara dependente da ajuda e penalizar a capacidade de execução para os executivos que vierem a assumir responsabilidades nos próximos 5 mandatos;

- Um executivo que não se considerou satisfeito com o que fez, e mesmo já num cenário de forte perda de receita continuou durante mais 3 anos a navegar nas mesmas águas revoltas afundando ainda mais a situação financeira do município;

- A tudo isto haverá ainda de acrescer o passivo da SGU cuja verdadeira dimensão desconhecemos mas que, pelos últimos dados conhecidos (2010) tinha um passivo de 52 milhões de euros;

- No lado da despesa estrutural (em bens e serviços), e para uma Câmara Municipal em grave situação financeira, não se consegue entender que parte substancial desta dívida seja em Agências de Viagens, em Gabinetes de Estudos e Projetos, em escritórios de consultores e advogados em Lisboa, em carros de alta cilindrada, em Restaurantes, etc, etc...

- Não esquecendo a enorme dívida á banca (designadamente pelo incumprimento dos contratos de leasing), que colocam o Município em situação de alto risco, e sem margem de manobra para negociar no plano de reequilíbrio financeiro taxas de juros mais baixas;



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O Eng. Luís Gomes prometeu colocar o município nos primeiros lugares e de facto conseguiu.

Hoje,

- Somos o 1º município, de entre os de pequena dimensão, com maior passivo exigível em 2010
- Somos o 1º município, de entre os de pequena dimensão, com menores resultados económicos em 2010
- Somos o 1º município, de entre os de pequena dimensão, com menor liquidez em 2010
- Somos o 2º município, de entre os de pequena dimensão, onde o valor das dívidas a fornecedores era em 2010 superior a 50% das receitas do ano anterior
- Colocamos a empresa municipal no 7º lugar do ranking de empresas municipais com maior passivo exigível, só ultrapassada por empresas de grandes cidades como Lisboa, Loures, Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Braga
- Colocamos a empresa municipal no 1º lugar do ranking das empresas com piores resultados económicos

Pese embora todas as razões anteriormente apresentadas, o Partido Socialista, como partido responsável e consciente, e dado estar em causa a sobrevivência de muitas empresas e instituições do Concelho não pode votar contra esta proposta, motivo pelo que se ABSTEM na sua votação.

Vila Real de Santo António, 3 de Outubro de 2012

A Bancada do Partido Socialista

Victor Pereira

Luís Manuel Z. Fernandes

Declaração de Cívico

Bancada PSD
(ASS. MUN. MSA)

A bancada do PSD, após a nota favoravelmente
o PACL para o Município de MSA, sendo que
se trata de uma alternativa que se figura
viável na conjuntura que se vive no
nosso país e no mundo e que vai
permitir Consolidar toda a dimensão
municipal.

Tal decisão permitirá desafogar
os Centros municipais e dar-lhes propriedade
nos pormenores do futuro do Conselho.

Deixamos boa sorte às
execuções municipais.

MSA, 3 de Setembro de 2011



W
th

Ch. McInt

~~Sh~~
Sh

Sh

Wishart

Sh

Aganado

~~Sh~~

Sh

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António
COLIGAÇÃO DEMOCRATICA UNITÁRIA – PCP/PEV

DECLARAÇÃO DE VOTO

Plano de Ajustamento Financeiro – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

O plano tem a duração do empréstimo a conceder pelo Estado

Pedido de adesão ao Programa I — 20 anos — 100% financiamento

- 1 – Empréstimo junto do Estado no âmbito do PAEL
- 2 – Empréstimo no âmbito do Plano de Reequilíbrio Financeiro
- 3 – Medidas previstas no PRF
 - Implica a taxa máxima na participação das receitas do IRS (já está aplicada)
 - Ajustamento de tarifas do sector do saneamento, água e resíduos sólidos pela entidade reguladora
 - Aumento de todas as taxas e preços municipais, intensificação da aplicação de coimas e cobrança fiscal a cargo do município

Situação de desequilíbrio financeiro

1. Dívidas a fornecedores superiores a 50 % das receitas totais do ano anterior – 57.929.619 €. Está ultrapassado o limite
2. Rácio dos passivos financeiros em percentagem da receita total superior a 300% - 87.543.861 €. Está ultrapassado o limite
3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores superior a seis meses – 728 dias. Está ultrapassado o limite.

Programa II – 14 anos — 50% financiamento (Está abrangido mas não se candidata)

- Pressupostos
- Redução e racionalização da Despesa corrente e de capital — toda a despesa, portanto)
- Optimização da receita própria — mais aumentos

1
5/6
1/2

- Intensificação do Ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL

Plano abortado

Em 2 de Maio de 2011 foi aprovado o Plano de Responsabilidade Geracional, ao abrigo de um Plano de Saneamento Financeiro (PS e PSD) que o executivo diz que não conseguiu concretizar devido à conjuntura financeira mundial e não colaboração das entidades bancárias, por falta de garantias.

A câmara municipal entende que há neste momento condições para a remoção deste constrangimento, devido à publicação de uma lei do governo (43/2012, de 28 de Agosto) que promove o apoio do Estado na contratação de empréstimos com as autarquias

O que se pede à Assembleia Municipal:

- A declaração da situação de desequilíbrio financeiro
- A Aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro
- A candidatura ao Programa I do Plano de Apoio à Economia Local
- A autorização para contrair um empréstimo de médio e longo prazo, 20 anos, no valor de 25.656.327,72 (PAEL)
- A autorização para contrair um empréstimo de médio e longo prazo, 20 anos, no valor de 33.314.322,94 ao abrigo da Lei de Finanças Locais
- A fixação da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,8% para prédios rústicos, 0,8% para prédios não avaliados no âmbito do Código do IMI, e de 0,5% no âmbito do mesmo código
- Aumento em 30% da taxa do IMI para quem tenha prédios urbanos degradados na Zona Histórica de Vila Real de Santo António
- Fixação da taxa de participação variável do IRS no valor de 5%
- Fixação da taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%
- Fixação dos preços dos resíduos nos termos da Entidade Reguladora
- Lançamento de um derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito a IRC
- Revogação do Plano de Saneamento Financeiro, consubstanciado num Plano de Responsabilidade Geracional.

(2)
H
U

Notas suplementares

Esta maioria política do PSD na câmara municipal tem sempre proposto orçamentos inflacionados na ordem do dobro da receita arrecadada que ronda os 24 milhões de euros, sendo em média este valor que pretende arrecadar durante os próximos vinte anos.

A taxa de crescimento do IMI subirá cerca de 30% em 2013 sobre valores de 2012, crescerá 10% em 2014, 5% em 2015 nos anos seguintes.

O imposto automóvel subirá 5% todos os anos até 2015 e 2% nos anos seguintes.

O IMT cresce 1% em 2014 e 4% ao ano nos anos seguintes.

A derrama sobre o IRC de todas as empresas, 124.627,60€ atingirá 110% deste valor e crescerá 1% ao ano.

Os impostos indirectos e taxas crescem 2% em 2013, 20% em 2014 e 10% em 2015 e depois cresce 4% ao ano.

Os 6 milhões de euros, previstos no plano anterior para 12 anos, vai passar para cerca de 5 milhões, mas por 20 anos – até 2032, sendo que no total o município pagará 45,1 milhões de euros. (3,22% para o PAEL e 8% para o outro empréstimo), quase tanto como pede emprestado.

Para além do desvio orçamental provocado pela acção da câmara municipal de maioria absoluta PSD, que gastou como se as finanças locais fossem um poço sem fundo, não se pode desligar esta situação do facto de Portugal estar sob a alçada de uma troika estrangeira, com um plano estratégico de empobrecimento e domínio do nosso país pelos grandes grupos financeiros e monopólios e de destruição do poder local democrático.

Também a criação da SGU tem constituído e continuará a constituir um factor de desestabilização financeira da actividade do município, sendo, por si só mais fonte de problemas que de soluções.

Ao longo dos dois mandatos do PSD e já nos mandatos do PS, o PCP criticou a deriva da gestão municipal, chamou a atenção para os riscos dos orçamentos inflacionados.

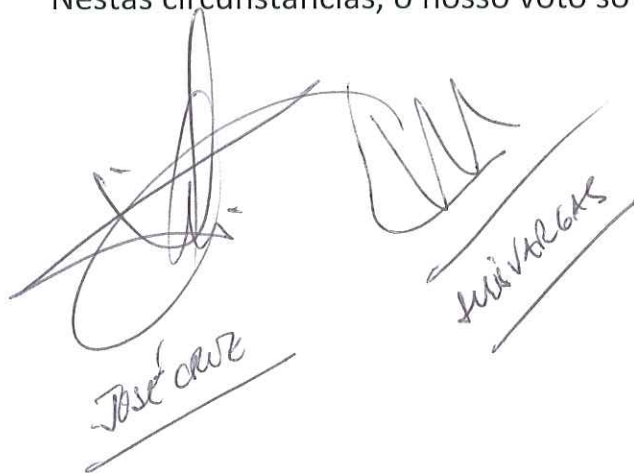
Este empréstimo, nestas condições, apesar de poder permitir que os fornecedores venham a receber facturas já em atraso, contém em si agravamento das condições de exercício da sua actividade e de diminuição da sua intermediação de natureza comercial e industrial e, ainda, situações de agravamento da competitividade do concelho em relação a concelhos limítrofes que não necessitam de ser intervencionado.

Acresce que o plano eufemisticamente denominado pelo Governo como Programa de Apoio à Economia Local não mais é que uma operação de propaganda. O Governo empresta 1.000 milhões de euros aos municípios que, na prática são as verbas que deveriam ter sido transferidas para o Poder Local e cuja não transferência contribuiu para o agravamento da situação financeiras, mesmo daqueles municípios que não necessitam de fazer plano de resgate. E esses milhões têm já um destino assegurado: pagar em especial dívidas aos sistemas multimunicipais de águas e saneamento, pagar dívidas ao próprio Estado, como no caso da ADSE, pagar empréstimos bancários, beneficiando os bancos com taxas de juro superiores às que o Estado paga aos próprios "mercados" e a perda de autonomia para determinar as taxas que, como já se viu sobem para os máximos. Só para amortização da dívida, juros e encargos ficará retido cerca de 25% da receita municipal durante vinte anos.

À economia local estão pois reservados valores residuais, sem impacto na defesa do emprego e da dinâmica, com mais dificuldades e falências.

Os próprios projectos apregoados como estruturantes pelo actual executivo camarário vão continuar no papel até aos anos trinta do actual Século XXI se, rapidamente e com a sua força o povo português não conseguir derrotar esta política de afundamento nacional e local.

Nestas circunstâncias, o nosso voto só pode ser contra.



José Cruz

Miguel

